

Integração Regional dentro de uma Estratégia Alternativa de Desenvolvimento

Marcelo Dias Carcanholo*

Aportes, Revista de la Facultad de Economía, BUAP, Año XVII, Número 45, Mayo-Agosto de 2012

El presente artículo nos dice que la especialización que se está produciendo en Brasil es heterogénea apuntando a la exportación de productos con contenido tecnológico para el resto de América Latina y el Caribe, mientras que se especializa en la exportación de productos primarios y de recursos naturales básicos en el interior de la economía brasileña. Esto impacta a escala regional, principalmente en la división internacional del trabajo ya que se opone las economías centrales con las economías dependientes, creando una especie de dependencia regional. En análisis realizado en el texto, concluye que para construir una estrategia de desarrollo, en la que una integración regional alternativa es un factor clave, se requiere de una reorganización regional del trabajo que ayude a revertir la especialización entre las economías que actualmente caracteriza a la región.

Regional integration within an alternative development strategy

This article tells us that the specialization that is occurring in Brazil is heterogeneous pointing to the exportation of products with technological content for the rest of Latin America and the Caribbean, while is specializing in the exportation of primary products and basic natural resources in the interior of the Brazilian economy. This impacts at a regional level, mainly in the international division of labor that opposes the central economies with dependent economies, creating a kind of regional unit. An analysis carried out in the text, concludes that to build a development strategy, in which an alternative regional integration is a key factor, requiring a regional reorganization of work that helps reverse the specialization among economies which currently characterizes the region.

*Doutorado em Economia, Instituição: IE-UFRJ. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

A temática da integração regional costuma ser trabalhada dentro dos marcos teóricos hegemônicos que constituem a ideologia neoliberal de desenvolvimento. Para esta perspectiva tradicional, os mecanismos de mercado —via sinalização do sistema de preços, sem interferência de nenhuma outra instituição— são a melhor forma de alocar os recursos e a divisão regional do trabalho. Esta idéia norteia as propostas dos projetos convencionais (liberais) de integração regional, como é/foi o caso da ALCA¹.

Contraopondo-se a essa concepção, entende-se que uma estratégia alternativa (não-liberal) de desenvolvimento precisa, além de contrapor-se à idéia de integração via sinalização dos mecanismos de mercado, pensar e construir formas de financiamento dos projetos que constituem essa estratégia de maneira diferenciada.

1- Estratégias alternativas de desenvolvimento

As promessas oferecidas pelo neoliberalis-

¹ Ainda que se tenha o ano de 2005, em Mar del Plata na Argentina, como a culminação da derrota do projeto ALCA para o nosso continente, pode-se argumentar que a sua essência continua viva nos tratados de livre-comércio que continuam vigentes, naqueles que estão sendo negociados no momento, assim como nos tratados bilaterais de investimentos. Para tanto ver Carcanholo et all. (2009).

mo sempre incluíram a retomada do desenvolvimento na região, mas uma análise fria dos seus resultados constata que o desempenho macroeconômico da América Latina em seu período neoliberal é um fiasco. Deve-se considerar que os primeiros ensaios de aplicação da ideologia neoliberal datam dos anos 70 no cone sul americano, e que sua efetiva implementação se manifestou por intermédio de diferentes situações conjunturais.

Na década de 70, o contexto internacional, mesmo em crise da economia mundial, apresentava relativa liquidez nos mercados financeiros internacionais, o que permitiu o financiamento externo para a implementação da estratégia neoliberal, dentro dos marcos do que ficou conhecido como enfoque monetário do balanço de pagamentos. Na década seguinte, em função da manutenção da crise na economia mundial, e da baixa liquidez internacional, em função do contexto de crise das dívidas externas, predominou um ajuste exportador nas economias da região. A partir dos anos 90, com a volta da liquidez internacional em abundância, em razão —dentre outros fatores— da reestruturação das dívidas externas, predominou o chamado ajuste importador. A elevação da vulnerabilidade externa e, em função disso, da restrição externa ao crescimento e da instabilidade cambial, culmina-

ram em distintas crises de balanço de pagamentos que caracterizaram fortemente o período.

Neste século XXI, principalmente a partir de 2002, com o crescimento da economia mundial, a região voltou a experimentar uma fase exportadora. O crescimento da economia mundial neste período propiciou uma forte elevação da demanda mundial por produtos nos quais nossa região voltou a se especializar, nos anos 90, em sua exportação —as chamadas commodities primárias. Ao mesmo tempo—muito em função da atuação dos capitais financeiros especulativos no mercado de commodities— o preço destes produtos apresentou forte aceleração a partir de 2002/2003 (Paschoa e Carcanholo, 2010), o que constitui um quadro de expansão das exportações tanto em razão dos preços dos produtos quanto na quantidade demandada por nossas exportações. Ao mesmo tempo, a alta no ciclo de liquidez internacional (2002-2007) permitiu baixas taxas de juros no mercado de crédito mundial, dando margem para reduções nos juros domésticos, assim como forte entrada de capital externo que contribuiu tanto para o forte incremento das reservas internacionais na região, como para a manutenção de consideráveis processos de valorização cambial em distintas de suas economias. Este cenário externo extremamente favorável para a região no período 2002-2007 permitiu a redução conjuntural dos indicadores de vulnerabilidade externa na região e a retomada do crescimento econômico. A crise mundial de 2007-2008 reverteu esse quadro favorável no cenário externo, fazendo com que voltassem a se manifestar

todos os problemas estruturais de nossas economias, dentre eles a restrição externa estrutural ao crescimento, em função da elevada vulnerabilidade externa das economias, acrescida pelas reformas estruturais pró-mercado implementadas e aceleradas desde os anos 90.

Estas foram as diferentes conjunturas que a região enfrentou desde que a hegemonia neoliberal caracteriza majoritariamente as experiências de desenvolvimento na região. Assim, independente da conjuntura vivenciada, é preciso avaliar o resultado das promessas neoliberais desde o seu princípio nos anos 70.

A Tabela 1 que mostra as taxas de crescimento das principais economias latino-americanas ao longo do período entre 1971 e 2004. No período de maior intensificação da hegemonia prática e ideológica do neoliberalismo (1990-2004) a taxa de crescimento média (2,6%) é muito inferior à observada entre 1971-1980 (5,6%). O resultado do período neoliberal, amplamente apoiado na abertura externa, só não foi pior do que o obtido entre 1981-1989 (1,3%), considerado como a década perdida para a região, que já tinha sido a manifestação dos problemas de endividamento externo acumulado desde os anos 70.

Note-se ainda que o desempenho ainda foi pior entre 1998-2003 (1,2%), época de maior concentração das diversas crises cambiais e de balanço de pagamentos em várias economias da região, em razão da vulnerabilidade externa gerada pelas estratégias neoliberais. Por outro lado, observando o crescimento do PIB per capita entre 1990-2004

evidencia-se a mediocridade do desempenho (0,9%). Se observado o crescimento do PIB por trabalhador, um indicador de produtividade, o resultado é inegável: a produtividade da região no período ficou estagnada.

Percebe-se também que, a partir de 2004, o desempenho começa a melhorar, justamente em função do cenário externo favorável. Em 2005, a taxa de crescimento do PIB para a América Latina e Caribe foi de 5,0%, e cresce para 5,8% nos dois anos seguintes. Em 2008, já sob os efeitos da crise econômica mundial, essa taxa se desacelera para 4,1%, e em 2009 a recessão se estabelece com toda a força na região, com uma taxa negativa de crescimento do PIB (-2,3%). As expectativas para 2010 são de uma certa retomada (3,7%), valor próximo à média do período 1990-1997 (IMF, 2010).

O fato é que, independente do momento conjuntural, a promessa de retomada do crescimento na região não se verificou, e não porque o programa de reformas estruturais pró-mercado não tenha sido aplicado a con-

tento, como sustentam alguns defensores do neoliberalismo (Kuczynski e Williamson, 2004, por exemplo); ao contrário, justamente porque o desempenho medíocre foi consequência da efetiva implementação da estratégia neoliberal de desenvolvimento na região.

1.1- Razões do fracasso neoliberal e estratégias alternativas de desenvolvimento

Do ponto de vista de sua economia política, o neoliberalismo na região construiu um novo padrão de acumulação de capital que se constituiu a partir de profundas alterações nas relações capital-trabalho e nas relações inter-capitalistas. Basicamente, ocorreu uma combinação de enfraquecimento das forças políticas do trabalho, o que ampliou ainda mais a superexploração do trabalho, que é característica marcante do capitalismo dependente², com a reunificação de distintas frações do capital nos blocos de poder domi-

² A superexploração do trabalho é a característica de formações sociais em que a dinâmica de acumulação capitalista é fundada principalmente «na maior

TABELA 1
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB DA AMÉRICA LATINA, 1971-2004 (%)

	1971-80	1981-89	1990-97	1998-03	2004	1990-04
Argentina	2,8	-1,0	5,0	-1,4	9,0	2,6
Brasil	8,6	2,3	2,0	1,2	5,2	2,0
Chile	2,5	2,8	7,	2,7	6,0	5,2
Colômbia	5,4	3,7	3,9	1,0	3,5	2,8
México	6,5	1,4	3,1	2,8	4,4	3,1
Peru	3,9	-0,7	3,9	2,0	5,1	3,2
Uruguai	2,7	0,4	3,9	-2,5	11,8	1,8
Venezuela	1,8	-0,3	3,8	-2,8	17,3	1,9
América Latina						
- Total	5,6	1,3	3,2	1,2	5,8	2,6
- Por habitante	3,0	-0,8	1,4	-0,4	4,2	0,9
- Por trabalhador	1,7	-1,5	0,5	-1,2	3,4	0,0

Fonte: Ffrench-Davis (2005: 20)

nante, em que pesem as distintas especificidades desta conformação dependendo do país considerado.

A categoria de dependência implica uma situação em que uma economia está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra a quem está subordinada, isto é, a condição de subdesenvolvimento estaria conectada estreitamente à expansão dos países centrais. Essa condição, portanto, representaria uma subordinação externa, mas com manifestações internas nos «arranjos» social, político e ideológico³.

É possível identificar dois condicionantes histórico-estruturais da dependência: (i)

exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva» (MARINI, 2000, p. 125). Com isso, verifica-se uma tendência de queda permanente dos preços da força de trabalho em relação ao seu valor que pode se manifestar de três maneiras, a saber: i) aumento da jornada de trabalho sem a elevação dos preços da força de trabalho correspondente ao seu maior emprego; ii) aumento da intensidade de trabalho sem a equivalência salarial correspondente ao seu maior desgaste; e iii) a redução do fundo de consumo do trabalhador além do seu limite normal (MARTINS, 1999).

³ Santos (1970) identificou três formas históricas de dependência: (i) colonial; (ii) financeiro-indus-

o fato empírico recorrente de perda nos termos de troca, ou seja, a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes —geralmente produtos primários e/ou com baixo valor agregado— *vis a vis* os preços dos produtos industriais e/ou com maior valor agregado importados dos países centrais, em um verdadeiro processo de transferência de valores; (ii) remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalties, pela simples razão dos primeiros importarem capital dos últimos. Isso significa que, seja pelo comércio internacional, seja pela internacionalização do capital (produtivo e de portfólio), a condição dependente se caracteriza pelo fato de que, estruturalmente, essas economias produzem um valor excedente que, crescentemente, não faz parte da apropriação/acumulação interna de capital, mas uma fração deste valor

trial; e (iii) tecnológico-industrial do pós-guerra, sob a liderança das empresas transnacionais. A identificação da atualidade neoliberal como uma nova forma histórica de dependência financeira poderia ser tematizada. Para tanto ver Amaral (2006).

TABELA 2
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS
PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO 1995-2007
(EM US\$ BILHÕES)

Região	1995	2000	2003	2006	2007*
África	5,7	-31,6	-22,6	-86,2	-59,2
América Latina	-0,6	-2,9	-61,6	-127,2	-99,8
Ásia	21,3	-119,7	-169,9	-369,9	-468,1
Economias em Transição	-2,7	-58,0	-50,5	-135,6	-109,2
Oriente Médio	23,0	-31,4	-43,8	-144,7	-132,7
Total	41,9	-243,7	-330,4	-863,7	-869,0

* estimativas

Fonte: Ortiz e Ugarteche (2008: 02), com base em dados de ONU (2008).

excedente é transferida para as economias centrais e faz parte da dinâmica capitalista destas, e não daquelas.

Relacionado aos condicionantes estruturais da dependência está o contexto internacional. Em momentos de expansão da economia mundial cresce a demanda pelas exportações das economias periféricas. Quando o ciclo de liquidez internacional está em alta, passa a existir crédito abundante nos mercados internacionais e, via de regra, com taxas de juros reduzidas. Nesse contexto internacional favorável, ainda que continuem operando os condicionantes estruturais da dependência, existe certa margem de manobra para as economias dependentes. O mesmo não pode ser dito quando o contexto internacional é desfavorável. Neste, os problemas estruturais se manifestam nos indicadores de vulnerabilidade externa das economias.

Esses elementos condicionantes da dependência (os dois estruturais, junto com o cenário externo que aprofunda ou atenua as características estruturais) provocam uma forte saída estrutural de recursos, levando a recorrentes problemas de estrangulamento externo e restrições externas ao crescimento. A tabela 2 mostra essa transferência líquida de recursos dos países em desenvolvimento para o período entre 1995-2007.

A única maneira que a acumulação de capital interna à economia dependente tem para prosseguir seria aumentar a sua produção de excedente. Assim, ainda que uma parcela crescente desse excedente seja apropriada e, portanto, acumulada, externamente, o restante (a partir da taxa de lucro interna) pode sustentar uma dinâmica de

acumulação interna, mesmo que restringida e dependente. A forma associada à condição de dependência para elevar a produção de valor é a superexploração da força de trabalho, o que implica no acréscimo da proporção excedente/gastos com força de trabalho, ou, na elevação da taxa de mais-valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com aumento da intensidade do trabalho. Ou seja, os condicionantes da dependência colocam uma maciça transferência de valor produzido na periferia que é apropriado no centro da acumulação mundial, e a dinâmica capitalista na periferia é garantida pela superexploração da força de trabalho, ao invés de bloquear esses mecanismos de transferência de valor.

Com essa dinâmica de acumulação de capital, o capitalismo dependente pode crescer, contornando sua restrição externa. Entretanto, com esse quadro, fica fácil entender como essa dinâmica traz consigo as conseqüências inevitáveis da dependência: distribuição regressiva da renda e da riqueza, associada a uma marginalidade e violência crescentes.

A superexploração da força de trabalho não coloca, em princípio, empecilhos para a acumulação interna de capital, ao restringir o consumo da força de trabalho, porque sua dinâmica de realização pode depender do mercado externo e/ou de um padrão de consumo que privilegie as camadas média e alta da população. Neste último caso, entretanto, o incremento dos lucros pode ser direcionado não como demanda interna (sem contrapartida de produção interna), mas orientado para aumento de importações,

seja de bens de consumo para essas camadas da população, seja para meios de produção necessários para a acumulação. Tanto um caso quanto o outro complexificam os déficits estruturais de balanço de pagamentos, formas de manifestação dos mecanismos de transferência de valor. A manutenção de taxas de crescimento sustentada na periferia recoloca de forma ampliada os seus condicionantes restritivos. A condição de dependência é estrutural —própria da lógica de acumulação mundial— e tende a se aprofundar, justamente porque esses condicionantes são reforçados por essa própria lógica.

O que tem caracterizado a América Latina nas últimas décadas é que essa condição dependente teve os seus efeitos dialéticos sobre a capacidade de crescimento/desenvolvimento complexificados, em função de uma lógica baseada na apropriação basicamente financeira do excedente produzido. Na prática, o capitalismo dependente que caracteriza a região respondeu com elevação da exploração do trabalho, para tentar elevar a produção do valor excedente, mesmo em um contexto de crescente transferência de alta parcela desse mais-valor para as economias centrais. Entretanto, essa massa de recursos que permaneceu nas economias domésticas – já descontando a enorme parcela «transferida» para o centro – foi apropriada majoritariamente dentro de uma lógica financeiro-fictícia, de maneira que esses recursos acabavam não retornando para a acumulação de capital produtivo, definindo uma acumulação «travada» de capital⁴.

⁴ Para um tratamento detalhado da dialética do

Uma primeira alternativa para esse processo se dá justamente invertendo a lógica de apropriação do capital, de forma que se reduza a acumulação financeiro-fictícia e seja incrementada a apropriação do capital produtivo. Essa inversão se dá, basicamente, pela alteração da composição taxa de juros —taxa de lucro nas economias dependentes. Em função até da alta vulnerabilidade externa, que requer forte financiamento externo das contas dessas economias, durante o período constatou-se uma grande diferença entre a taxa de juros doméstica e a taxa de lucro do capital produtivo, o que tende a incentivar o capital em geral para uma apropriação financeiro-fictícia, em detrimento da acumulação produtiva de capital⁵. Tratar-se-ia, portanto, de uma mudança na lógica da política econômica, reduzindo as taxas domésticas de juros para patamares compatíveis com uma maior taxa de crescimento econômico. Ainda existiria a vantagem de que esta redução dos juros contribuiria para a diminuição do serviço da dívida pública e, no limite, ajudaria na recuperação da capacidade de gasto do setor público, extrema-

desenvolvimento periférico nesse período, em função da dialética do capital fictício, ver Carcanholo (2008).

⁵ Note-se que isto independe da «natureza» do capital. Ou seja, não é que exista um capital financeiro especulativo em si, e outro capital produtivo por natureza, e, portanto, tratar-se-ia de incentivar o segundo e penalizar o primeiro. O capital em geral é um só, e compõe o seu portfólio de investimentos conforme as rentabilidades comparadas das distintas aplicações. Se a taxa de juros é muito superior à taxa de lucro, qualquer que seja o capital (inclusive um que normalmente investe em empreendimentos produtivos) terá uma maior composição de seu portfólio calcado na valorização financeira.

mente necessária para os investimentos públicos em infraestrutura. Adicionalmente, essa redução dos juros, dadas as taxas de juros internacionais, reduziriam a atratividade dos mercados domésticos para o capital externo, reduzindo a pressão por valorização cambial, o que tende a aprofundar os problemas nas contas externas.

Entretanto, existem pré-condições para essa redução da taxa de juros. De um lado, dada a restrita capacidade produtiva, fruto de décadas de baixas taxas de investimento, a redução dos juros poderia significar uma expansão da demanda agregada para níveis incompatíveis com a capacidade de oferta, gerando pressão inflacionária na economia. Assim, seria necessária, *pari passu*, uma ampliação da capacidade de oferta, com expansão de investimentos privados e públicos. Por outro lado, dados os problemas estruturais no balanço de pagamentos, a redução dos juros poderia implicar em uma fuga de capitais que, no limite, constituiria novas crises cambiais. Daí o controle de capital ser uma pré-condição para a política de redução das taxas de juros⁶.

⁶ Basicamente, esta primeira alternativa à estratégia neoliberal de desenvolvimento conforma o que se costuma chamar de Novo-desenvolvimentismo. Esta corrente de pensamento, basicamente, restringe sua crítica ao neoliberalismo ao plano da instrumentalização da política econômica, como se ele se definisse nesse nível de abstração. Na verdade, o neoliberalismo se define pela defesa da promoção da estabilização macroeconômica (controle da inflação e das contas primárias do setor público) como pré-condição, e, mais fundamental ainda, pela defesa das reformas estruturais pró-mercado como única forma de retomar o crescimento/desenvolvimento (Carcanholo, 2005). Não importa, portanto, o tipo de

Essa alternativa, entretanto, modificaria apenas a lógica de apropriação do excedente produzido, mantendo a superexploração do trabalho como lógica da produção dessas economias e, portanto, mantendo as consequências sociais de concentração de renda e riqueza do capitalismo dependente. Trata-se, portanto, de uma falsa alternativa.

Dessa forma, uma primeira real alternativa de desenvolvimento deve procurar reduzir a necessidade de elevar o grau de exploração da força de trabalho como forma de produzir um excedente suficiente para garantir uma acumulação interna de capital. A única forma de conseguir isso é reduzindo o grau de dependência dessas economias, controlando a crescente saída dessa magnitude valor produzido nas economias dependentes que é transferido para as economias centrais. E isso só é possível rompendo com a estratégia neoliberal de desenvolvimento, em específico com o processo de abertura externa (comercial e financeira) que lhe dá sustentação. Trata-se, portanto, de reduzir drasticamente o grau de liberalização e abertura comercial e financeira, de modo a diminuir os problemas estruturais nos balanços de pagamentos.

Em termos econômicos isso implica ir

política econômica que se utilize, desde que os dois princípios sejam mantidos. Assim, ao se restringir no nível de abstração da política econômica, o Novo-desenvolvimentismo não consegue se contrapor de fato ao neoliberalismo e, o que é pior, termina por aceitar implicitamente os seus princípios naquilo que é fundamental, no nível de abstração da estratégia de desenvolvimento. Uma excelente crítica ao pseudo-crítico do Novo-desenvolvimentismo se encontra em Castelo (2010).

além de uma mera nova política econômica, que está pressuposta nesta estratégia. Como o objetivo seria a reversão da dependência dos mercados externos para as exportações de commodities, essa estratégia implica a criação de um amplo mercado interno de massas, de forma que a dinâmica de realização do valor produzido seja interna, e não mais dependente dos mercados externos. Entretanto, para isso, um amplo processo de desconcentração da renda e da riqueza é condição *sine qua non* do processo. Portanto, esta estratégia antineoliberal representa uma ruptura não apenas com a abertura externa, mas com todas as reformas neoliberais implementadas com força maior a partir dos anos 90. Ela é genuinamente alternativa ao neoliberalismo porque não se restringe à defesa de uma outra política econômica, mas transcende este plano e se contrapõe à ideologia neoliberal no nível de abstração em que ela se define, na concepção de uma estratégia alternativa diferenciada.

Uma segunda real alternativa ao neoliberalismo é a anticapitalista. Não se trataria aqui apenas de construir as condições para a redução da necessidade de exploração do trabalho, mas ir além, e questionar justamente a exploração do trabalho como lógica de sociabilidade, construir as condições para a superação da lógica mercantil-capitalista nas economias dependentes⁷.

⁷ A identificação do socialismo como a real (se não a única) forma de questionar o caráter dependente das economias da região não é nenhuma novidade no pensamento social latinoamericano. A teoria marxista da dependência já demonstrou essa relação ante-

O que se deve destacar aqui é que, por um lado, as formas alternativas de desenvolvimento não são excludentes. Isso significa que a alternativa anticapitalista pressupõe a estratégia antineoliberal, ainda que a transcenda, ao mesmo tempo em que as duas também contem um momento de crítica no plano menor de abstração que é o da instrumentalização da política econômica. O que não se pode fazer é tratar essas alternativas no mesmo nível de crítica ao neoliberalismo, como se elas fossem idênticas. A relação entre elas é dialética; nem de pura negação, nem de equivalência. Na prática isso significa que uma estratégia anticapitalista tem que ser, necessariamente, antineoliberal, mas o contrário não é verdadeiro.

Por outro lado, as duas estratégias realmente alternativas (a antineoliberal e a anticapitalista) pressupõem e transcendem, ao mesmo tempo, a questão local/nacional/regional. As contradições sociais, políticas, econômicas e ideológicas que a efetiva construção dessas estratégias implica fazem com que as oposições e confrontos sejam internos e externos, nacionais e internacionais, uma vez que contrariam fortes interesses em todos esses planos. Assim, ainda que as dificuldades de suas implementações possam se manifestar de maneira localizada, os reais interesses contrapostos estão contidos em todos os âmbitos, o local, o nacional, o regional e o mundial.

riormente. Como sua discussão mais pormenorizada foge aos âmbitos deste trabalho, remete-se a algumas referências clássicas, como Marini (2000), Santos (1970) e Santos (1978).

2- Importância da integração para uma alternativa de desenvolvimento

Como terminamos de constatar, uma estratégia de desenvolvimento alternativa ao neoliberalismo, qualquer que seja ela, deve lidar com a dificuldade da questão nacional/local, das diferentes soberanias nacionais/locais.

Adicionalmente, é preciso constatar ainda que essa transcendência da questão nacional para as duas estratégias alternativas de desenvolvimento se acentua quando analisada a plausibilidade desses projetos. Como visto, a estratégia antineoliberal pressupõe a construção de um mercado interno de massas para reduzir a dependência da exportação da produção interna como forma de realização do valor produzido. Entretanto, essa saída para alguns países da região simplesmente não existe, pela simples impossibilidade construir e/ou resgatar um mercado interno próprio. Dessa forma, essas economias não tem outra alternativa a não ser a construção de uma integração regional como forma de construir um mercado interno regional que permite para a região como um todo não depender mais das exportações como lógica de realização da produção.

Mesmo economias maiores, com algum grau de desenvolvimento de seu mercado interno, têm a ganhar com essa integração. É certo que elas poderiam optar por uma saída meramente nacionalista, rompendo com a estratégia neoliberal de desenvolvimento, conformando um mercado interno de massas e reduzindo suas vulnerabilidades externas. Entretanto, essa opção puramente

nacionalista pode ganhar maior peso econômico, político, social e ideológico quanto maior seja a amplitude dessa resposta soberana e contraposta à lógica hegemônica. Nesse sentido, mesmo em uma perspectiva nacionalista, a melhor maneira de defender uma inserção nacionalmente soberana é construindo uma estratégia/inserção internacionalista/regional.

Portanto, a integração das economias de nossa região, em termos comerciais e produtivos, é um componente estratégico a mais na construção de uma concepção de desenvolvimento que rompa com os padrões vivenciados nas últimas décadas. Mas, qual deve ser o caráter dessa integração regional?

2.1- Integração regional e necessidade de uma redivisão regional do trabalho

A integração regional, assim como a proposição de novas instituições de financiamento, tampouco é uma novidade em nossa região, e a lista de ensaios anteriores talvez seja maior até do que no tocante às instituições financeiras⁸. Trata-se, portanto, de avaliar a conformação dessa integração regional nas últimas décadas, bem como a divisão regional do trabalho, implícita nas especializações produtivas e comerciais nas economias da região.

Nesse sentido, a primeira observação é que a região aprofundou o processo de reprimarização de suas exportações desde os anos 90, justamente em consequência da reestruturação produtiva provocada pela

⁸ Gambina et all. (2010) fazem um breve apanhado dessas experiências.

ampliação do grau de abertura comercial das economias. As tabelas a seguir mostram para algumas economias da América do Sul a mesma característica: a elevação do percentual de suas exportações baseadas em produtos primários e recursos naturais desde os anos 90.

Este processo de reprimarização das exportações na região é um sério problema que uma integração regional, dentro de uma estratégia alternativa de desenvolvimento vai ter que equacionar. Basicamente porque, mantida esta configuração, ainda que ocorra uma integração diferenciada das economias

TABELA 3
ARGENTINA – EXPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE PRODUTO (%), EM ANOS SELECIONADOS

Categoria de Produto\Ano	1990	1995	2000	2007	2008	2009
Produtos primários	44,1	43,8	46,6	43,1	43,4	44,6
Manufaturas baseadas em recursos naturais	31,3	25,9	22,1	26,2	25,2	22,4
Manufaturas de baixa tecnologia	12,0	12,0	8,3	5,3	4,3	4,1
Manufaturas de média tecnologia	10,6	15,8	17,0	20,1	20,8	21,4
Manufaturas de alta tecnologia	1,8	1,9	3,3	2,3	2,8	3,2
Outras transações	0,3	0,6	2,7	3,0	3,5	4,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CEPAL - SIGCI

TABELA 4
BOLÍVIA – EXPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE PRODUTO (%), EM ANOS SELECIONADOS

Categoria de Produto\Ano	1990	1995	2000	2007	2008	2009
Produtos primários	69,9	48,8	51,9	78,8	81,2	80,0
Manufaturas baseadas em recursos naturais	26,5	25,0	17,3	13,1	12,1	13,2
Manufaturas de baixa tecnologia	3,4	11,1	9,9	4,6	3,4	3,4
Manufaturas de média tecnologia	0,1	1,9	3,7	0,8	1,1	1,1
Manufaturas de alta tecnologia	0,0	1,9	10,9	0,1	0,1	0,1
Outras transações	0,1	11,3	6,2	2,6	2,1	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CEPAL - SIGCI

TABELA 5
BRASIL – EXPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE PRODUTO (%), EM ANOS SELECIONADOS

Categoria de Produto\Ano	1990	1995	2000	2007	2008	2009
Produtos primários	28,1	23,9	23,9	33,4	38,3	41,8
Manufaturas baseadas em recursos naturais	25,9	29,6	23,7	22,8	20,4	22,0
Manufaturas de baixa tecnologia	14,7	14,4	12,1	8,5	6,9	6,7
Manufaturas de média tecnologia	25,7	26,5	25,1	24,8	24,5	19,0
Manufaturas de alta tecnologia	4,3	3,5	12,5	7,2	6,9	6,9
Outras transações	1,3	2,2	2,7	3,2	3,0	3,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CEPAL - SIGCI

na região, a relação delas com o resto do mundo continuará baseada em um condicionante estrutural de dependência.

Mas há outras observações importantes a fazer, em função das tabelas a seguir. No tocante aos destinos das exportações, desde os anos 90, percebe-se claramente três tendências: (i) o crescimento da própria região da América Latina e Caribe como destino de exportações, tornando-se em vários dos casos o principal destino em termos de região; (ii) a forte redução dos Estados Unidos como destino das exportações para essas economias⁹; e, (iii) o substancial crescimento de

⁹ Mesmo nos países que ainda tem os Estados Unidos como principal destino das exportações, em

novos destinos, como a China e o Resto do Mundo¹⁰.

Os atuais processos de integração produtiva e comercial, além da reprimarização das exportações de nossas economias, ainda

termos de país (caso de Equador e Venezuela), essa participação relativa caiu consideravelmente.

¹⁰ Esta característica é marcante para o caso brasileiro, mas como se trata, de longe, a mais importante economia da região, isso acaba afetando o resultado geral. O importante desta observação é que o caso brasileiro deve servir como norma para as outras economias e, portanto, para a perspectiva de integração regional que se está defendendo. A diversificação não apenas da pauta exportadora é fundamental nessa estratégia alternativa, mas também dos destinos das nossas exportações, além do aumento do comércio intraregional, conforme já destacado.

TABELA 6
EQUADOR – EXPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE PRODUTO (%), EM ANOS SELECIONADOS

Categoria de Produto\Ano	1990	1995	2000	2007	2008	2009
Produtos primários	89,0	80,8	76,5	76,5	77,3	76,7
Manufaturas baseadas em recursos naturais	9,2	10,9	16,5	16,2	15,6	15,5
Manufaturas de baixa tecnologia	1,1	2,8	3,0	2,4	2,2	3,0
Manufaturas de média tecnologia	0,4	2,6	2,9	3,7	4,0	3,8
Manufaturas de alta tecnologia	0,2	0,7	0,7	0,6	0,4	0,6
Outras transações	0,1	2,2	0,2	0,6	0,5	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CEPAL - SIGCI

TABELA 7
VENEZUELA – EXPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE PRODUTO (%), EM ANOS SELECIONADOS

Categoria de Produto\Ano	1990	1995	2000	2007	2008	2009
Produtos primários	83,5	48,1	61,0	92,3	74,3	12,5
Manufaturas baseadas em recursos naturais	7,5	40,5	32,0	3,2	21,8	25,1
Manufaturas de baixa tecnologia	3,9	3,3	2,1	1,0	0,7	13,8
Manufaturas de média tecnologia	4,7	7,2	4,5	3,3	2,8	44,8
Manufaturas de alta tecnologia	0,2	0,3	0,3	0,1	0,1	3,0
Outras transações	0,2	0,6	0,1	0,0	0,1	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CEPAL - SIGCI

produziram uma heterogeneidade preocupante.

A tabela 13 mostra as exportações brasileiras segundo produtos e destino para o ano de 2009. Ainda que seja apenas uma informação anual, ela já sinaliza o que se pretende

apontar aqui. Como visto antes, a economia brasileira reprimarizou suas exportações para a economia mundial, mas, considerada apenas a América Latina e Caribe como destino, apenas 9,5% do total de exportações de produtos primários brasileiros teve como

TABELA 8:
ARGENTINA – EXPORTAÇÕES POR DESTINO (% DO TOTAL), EM ANOS SELECIONADOS

Destino\Ano	1990	1995	2000	2007	2008	2009
América Latina e Caribe	27,4	47,2	48,1	40,5	39,4	42,3
Estados Unidos	13,8	8,6	12,0	7,8	7,9	6,6
União Européia	30,8	21,4	17,7	16,4	17,7	17,4
Ásia 12 ¹¹	10,0	10,2	8,2	15,8	14,2	13,5
China	2,0	1,4	3,0	9,3	9,1	6,6
Resto do Mundo	18,0	12,6	14,0	19,5	20,9	20,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CEPAL - SIGCI

¹¹ Ásia 12, na metodologia da CEPAL, inclui Austrália, China, Hong Kong-China, Indonésia, Japão, República da Coreia, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Tailândia e outros. Ver <http://www.cepal.org/comercio>.

TABELA 9
BOLÍVIA – EXPORTAÇÕES POR DESTINO (% DO TOTAL), EM ANOS SELECIONADOS

Destino\Ano	1990	1995	2000	2007	2008	2009
América Latina e Caribe	44,9	36,8	44,2	63,3	65,0	59,9
Estados Unidos	20,0	28,1	24,0	8,6	6,9	7,7
União Européia	29,0	25,9	17,3	7,8	6,0	9,0
Ásia 12	0,8	0,7	1,3	14,4	17,3	18,4
China	0,0	0,0	0,4	1,2	1,9	2,5
Resto do Mundo	5,3	8,5	13,2	5,9	4,8	5,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CEPAL - SIGCI

TABELA 10
BRASIL – EXPORTAÇÕES POR DESTINO (% DO TOTAL), EM ANOS SELECIONADOS

Destino\Ano	1990	1995	2000	2007	2008	2009
América Latina e Caribe	11,6	22,7	24,8	25,4	25,2	22,5
Estados Unidos	24,6	18,9	24,3	15,8	14,0	10,3
União Européia	32,4	27,8	26,9	24,2	22,6	21,4
Ásia 12	16,7	17,0	11,3	15,0	18,5	23,0
China	1,2	2,6	2,0	6,7	8,3	13,2
Resto do Mundo	14,7	13,6	12,6	19,6	19,7	22,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CEPAL - SIGCI

destino essa região. Os destinos mais importantes naquilo que a economia brasileira se especializou em exportar são a China (24,2% do total de exportações primárias) e União Européia (23,8%). Por outro lado, a América Latina e Caribe são o principal destino das exportações brasileiras quando se trata de manufaturas de baixa, média e alta tecnologia.

Do lado das importações brasileiras em 2009, percebe-se que a América Latina está longe de ser a principal origem de manufaturas de baixa, média e alta tecnologia, mas, no que se refere a produtos primários e baseados em recursos naturais, essa região constitui o principal fornecedor das importações brasileiras.

Assim, a conclusão é a de que está oco-

rendo uma especialização heterogênea na região. A economia brasileira se especializou na exportação de produtos com conteúdo tecnológico para o restante da América Latina e Caribe, enquanto esta se especializou na exportação de produtos primários e baseados em recursos naturais para a economia brasileira¹². Isto reproduz, em escala regional, justamente a divisão internacional do trabalho que contrapõe as economias centrais às economias dependentes, criando uma espécie de dependência regional. Para

¹² Esta conclusão, ilustrada apenas para o observado no ano de 2009, reflete uma tendência observável desde os anos 90. Por falta de espaço, não reproduzimos aqui toda a série desde 1990, mas ela pode ser consultada na base de dados disponível em <http://www.cepal.org/comercio>.

TABELA 11
EQUADOR – EXPORTAÇÕES POR DESTINO (% DO TOTAL), EM ANOS SELECIONADOS

Destino\Ano	1990	1995	2000	2007	2008	2009
América Latina e Caribe	17,7	2,2	31,5	33,3	35,9	42,2
Estados Unidos	53,0	42,5	37,9	43,3	45,3	33,4
União Européia	10,2	19,3	12,3	12,5	11,0	14,6
Ásia 12	5,7	10,7	11,5	1,9	3,0	2,1
China	0,0	0,4	1,2	0,3	2,1	0,9
Resto do Mundo	13,4	5,3	6,8	9,0	4,8	7,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CEPAL - SIGCI

TABELA 12
VENEZUELA – EXPORTAÇÕES POR DESTINO (% DO TOTAL), EM ANOS SELECIONADOS

Destino\Ano	1990	1995	2000	2007	2008
América Latina e Caribe	14,5	28,0	19,6	8,2	6,5
Estados Unidos	51,6	50,5	59,6	50,9	32,0
União Européia	14,0	9,0	5,7	8,7	7,0
Ásia 12	4,3	1,9	1,3	4,3	3,6
China	0,0	0,0	0,1	0,2	0,3
Resto do Mundo	15,6	10,5	13,8	27,9	50,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CEPAL - SIGCI

a construção de uma estratégia realmente alternativa ao desenvolvimento, dentro da qual uma integração regional alternativa é fator chave, a conclusão é a de que esta última pressupõe uma redivisão regional do trabalho que consiga reverter esta especialização heterogênea entre estas economias.

3- Conclusão: por uma integração regional alternativa

Os esquemas tradicionais de integração econômica que prevaleceram, e ainda prevalecem, na região, tem como base analítica a idéia de que basta a liberalização do comércio e dos investimentos para que ocorra um

processo de convergência entre as distintas economias participantes. Como visto na seção anterior, não é este resultado que estamos verificando no caso de nossa região. Seria preciso acrescentar a este quadro ainda a atuação das empresas transnacionais, sejam externas a nossa região, ou até de origem de algumas nações que compõem a região, mas atuam e/ou estão em associação de acordo com a lógica transnacional. Isto apenas aprofunda a especialização heterogênea antes constatada, e que reproduz, em escala regional, a lógica da dependência de certas economias.

Assim, uma integração realmente alternativa supõe a ruptura com a lógica atual de

TABELA 13
BRASIL – EXPORTAÇÕES SEGUNDO PRODUTO E DESTINO (% DO TOTAL) EM 2009

Categoria de produto \ Destino	ALC	EUA	U.E.	Asia 12	China	Japão	Total
Produtos primários	9,5	6,6	23,8	37,5	24,2	4,2	100
Manufaturas baseadas em recursos naturais	16,4	12,9	22,4	15,0	6,8	2,5	100
Manufaturas de baixa tecnologia	36,7	17,1	25,7	9,2	3,4	0,7	100
Manufaturas de média tecnologia	48,4	10,8	14,5	14,3	5,4	1,6	100
Manufaturas de alta tecnologia	35,2	19,7	21,8	9,2	4,5	1,9	100
Outras transações	21,5	3,1	14,4	0,4	0,2	0,1	100
Total	22,5	10,3	21,4	23,0	13,2	2,8	100

Fonte: CEPAL – SIGCI

TABELA 14
BRASIL – IMPORTAÇÕES SEGUNDO PRODUTO E ORIGEM (% DO TOTAL) EM 2009

Categoria de produto \ Destino	ALC	EUA	U.E.	Asia 12	China	Japão	Total
Produtos primários	31,9	7,3	2,6	6,3	0,9	0,0	100,0
Manufaturas baseadas em recursos naturais	25,0	17,5	23,2	18,0	8,3	2,5	100,0
Manufaturas de baixa tecnologia	8,0	11,0	21,8	46,9	28,8	4,4	100,0
Manufaturas de média tecnologia	18,5	19,0	28,9	23,0	8,4	6,4	100,0
Manufaturas de alta tecnologia	4,3	17,2	23,1	47,5	24,5	4,6	100,0
Outras transações	22,1	19,3	26,0	27,4	13,4	2,2	100,0
Total	17,7	15,8	22,1	26,9	12,5	4,2	100,0

Fonte: CEPAL - SIGCI

expansão dos capitais externos aqui instalados e/ou dos capitais domésticos que atuam regionalmente dentro da mesma lógica. A esta lógica se soma a relação de poder hegemônica pelos blocos de poder dominantes nos Estados Nacionais que conformam nossa região. Como constatam Gambina et al. (2010: 84):

La economía mundial es un espacio de disputa entre los capitales, en primer lugar, y entre los Estados en segundo lugar. La integración por lo tanto está subordinada a los intereses de la clase dominante constituída desde el capital más concentrado y su capacidad para dirigir, con contradicciones, los Estados Nacionales. La búsqueda de las clases subalternas para constituir alternativa resulta de una confrontación con el capital y en la disputa por el control del Estado. Es en esas condiciones que puede rescatarse una perspectiva de integración alternativa... Integración alternativa por lo tanto supone la lucha por la emancipación del trabajo sobre el capital y la construcción de una nueva hegemonía popular en el manejo y administración del Estado para satisfacer un desarrollo al servicio de los trabajadores y sectores menos favorecidos por la historia del régimen capitalista.

Portanto, não é da atuação espontânea dos capitais, ainda que “nacionais”, que advirá uma integração regional alternativa, uma vez que estes tendem a manter sua lógica de valorização conforme os processos de integração atualmente construídos, isto é, sob a lógica da liberalização e abertura dos

mercados, dentro dos marcos da desregulamentação e privatização dos setores estratégicos. Em poucas palavras,

deixados por si sós, os capitais aprofundarão a integração comercial e de nossas estruturas produtivas dentro da lógica neoliberal, que produziu os resultados já vistos.

Por outro lado, tampouco serão os Estados Nacionais por si sós que programarão essa integração regional alternativa. Ainda que alguns possam assim apresentar os projetos alternativos que circulam na nossa região, eles têm que ser necessariamente respaldados por uma base popular consciente e decidida para tanto, dados todos os interesses conflitantes que advém de uma proposição alternativa, mesmo —e quiçá, principalmente, em alguns países— de frações de classe com presença nos blocos de poder dominantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, M. S. (2006) “A Investida Neoliberal na América Latina e as Novas Determinações da Dependência.” Dissertação de Mestrado – PPGÉ-UFU, Uberlândia.
- Carcanholo, M. D. (2005) “A Vulnerabilidade Econômica do Brasil: abertura externa a partir dos anos 90.” Aparecida: *Idéias & Letras*.
- Carcanholo, M. D. (2008) “Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica.” *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, Vol. 12, n.2, pp. 247-272, maio/agosto.
- Carcanholo, M. D. (2010) “Neoconservadorismo com Roupageim Alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington.” Em: Castelo, R. (Org.) *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas.
- Carcanholo, M. D.; Filgueiras, L. e Pinto, E. C. (2009) “A ALCA (ainda) não faleceu: alternativas reais para a América Latina e Caribe.” Em: Estay, J. (Org.) *La Crisis Mundial y sus Impactos en América Latina*. México: BUAP.
- Castelo, R. (2010) “O Novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano.” Em: Castelo, R. (Org.) *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas.
- Ffrench-Davis, R. (2005) *Reformas para América Latina: después del fundamentalismo neoliberal*. Buenos Aires: CEPAL, Siglo XXI Editores.
- Gambina, J.; Roffinelli, G. e Pinazo, G. (2010) “Propuestas Alternativas para la Integración Regional: modelo de acumulación capitalista a comienzos del siglo XXI y la integración em procesos de cambio político. Tiempo de Crisis”– *Revista de Economía Política Latinoamericana*, año 1, n. 2, segundo trimestre, Caracas.
- IMF (2010) World Economic Outlook: rebalancing growth. International Monetary Fund (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2010/01/index.htm>)
- Kuczynski, P. P. & Williamson, J. (2004) *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. São Paulo: Ed. Saraiva.
- Marini, R. (2000) Dialética da dependência. Em: SADER, E. (Org.) *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Marini*. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes/ Buenos Aires: CLACSO.
- Martins, C. E. (1999) Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma

- economia política da dependência. IV Encontro Nacional de Economia Política, Porto Alegre-RS.
- ONU (2008) World Economic Situation and Prospects. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, ONU, Nova York.
- Ortiz, I. e Ugarteche, O. (2008) El Banco del Sur: avances y desafíos. CADTM, outubro. Disponível em <http://www.cadtm.org/El-Banco-del-Sur-Avances-y>
- Paschoa, J. P. P. e Carcanholo, M. D. “Crise Alimentar e Financeira: a lógica especulativa atual do capital fictício.” Em: Gambina, J. C. (Org.) *La Crisis Capitalista y sus Alternativas: una mirada desde América Latina y El Caribe*. Buenos Aires: Clacso Libros.
- Santos, T. dos (1970) *The Structure of Dependence. The American Economic Review*, Nova York.
- Santos, T. dos (1978) *Imperialismo y Dependencia*. México: Ediciones Era.